

Econ. Góes

04/18/92

# *Na calmaria da inflação...*

Cumpre ao País, no meio da crise política e mesmo em seu eventual desfecho, manter a cabeça fria. Afinal, não há temperaturas à vista, ainda que algumas dificuldades possam surgir no caminho da nossa reintegração à comunidade financeira internacional. A publicação, em nossa edição de domingo, da opinião de alguns economistas de escolas bem diversas trouxe à luz um inesperado consenso: a atual política econômica é a única viável, pelo que, no quadro político do momento, seria loucura tentar a adoção de outra. O prof. Antônio de Barros Castro considera, por exemplo, que "entramos na calmaria da alta inflação", frase que, podendo certamente escandalizar muitas pessoas, bem reflete a situação em que nos encontramos: não há condições para uma explosão de preços nem tampouco para que se reduza a taxa inflacionária. Paradoxalmente, isso permite certa governabilidade do País, ao mesmo tempo que torna inaceitável qualquer lance audacioso tendente a alterar esse panorama. Efetivamente, nenhuma política de choque seria admitida pela sociedade; nem sequer os defensores de uma dolarização iriam defender hoje a adoção de tal medida neste momento em que o clima político apenas permite, conforme diz acertadamente o prof. Francisco Lopes, um congelamento da situação.

Tal quadro dificilmente poderá sofrer modificações no curto prazo, ainda que houvesse uma mudança no governo. Se a oposição chegasse a assumir o comando da nossa economia em consequência do afastamento do presidente Collor, teria muitas dificuldades para implantar uma política de afrouxamento da taxa de juro, entre elas o risco de uma explosão de liquidez, que levaria rapidamente a uma hiperinflação. Esta, então, exigiria medidas ainda mais drásticas do que as atuais para que se realizasse

um ajuste em plena campanha eleitoral. Já, conforme o prof. Cláudio Contador, o perigo está em ter de começar tudo de novo. Na realidade, silenciosamente, os críticos do governo admitem que, indo até o fim, a atual política econômica, desde que não excessivamente exigente quanto à redução da taxa de inflação (que será lenta), e mesmo no caso de aprovação de uma profunda reforma fiscal (não obrigatoriamente aquela proposta pelo governo), levará o Brasil à direção certa, que poderá se traduzir por uma retomada, também não explosiva, do desenvolvimento. As dificuldades, no caso de uma mudança, poderão surgir no plano internacional com a saída do ministro Marcílio Marques Moreira, que, para a comunidade financeira, tornou-se o grande avalista do País. Não se pode pensar numa ruptura, mas apenas numa suspensão provisória da boa vontade da qual hoje aproveitamos. Teríamos condição, sem dúvida, de enfrentar por certo prazo o isolamento do mercado financeiro internacional: cumpriria então ao País dar sinais de seriedade para voltar a merecer a confiança, embora tal fato resultasse, certamente, no atraso do retorno ao crescimento econômico. O que nos parece mais essencial é manter a cabeça fria e não cair nem na tentação especulativa nem na aceitação de idéias catastróficas.

